



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 04/2023 – SEJUSP/FUNSEP

PU SIGA nº 0002/FUNSEP/2023
PRODOC nº 0023.0279.1896.0005/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ,
POR INTERMÉDIO DO FUNDO
ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO AMAPÁ – FUNSEP E A EMPRESA
GRAND CITE AUTOMOVEIS LTDA,
PARA OS FINS ABAIXO
DECLARADOS.**

Pelo presente instrumento, ao fim assinado, de um lado, o **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do **FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAPÁ – FUNSEP**, inscrita no CNPJ nº 31.443.333/0001-19, situada na Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, nº 87 – Bloco SEAD, Santa Rita, CEP 68.901-259, na cidade de Macapá-AP, neste ato representado por seu Presidente Nato – Secretário de Segurança Pública – o Sr. **JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO – DEL PC/AP**, brasileiro, casado, CPF nº 968.198.391-20, RG nº 3742246- DGPC/GO, residente e domiciliado nesta Capital, na Rodovia JK, Rua 3, nº 179 – Condomínio Vila Tropical, CEP 68.900-000, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual nº 1351, de 17 de fevereiro de 2023, publicado no DOE nº 7.860, 17 de fevereiro de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **GRAND CITE AUTOMOVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.821.809/0001-80, estabelecida na Rua Leopoldo Machado, nº. 2000, Bairro Centro, Macapá/AP, CEP: 68.900-067, neste ato representado pelo Sr. **JORGE DE JESUS RÉCIO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade [REDAZIDA], doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 10.520/2002; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Decreto Federal nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 097/2022-CLC/PGE** e seus anexos, **Ata de Registro de Preços nº 203/2022- CLC/PGE**, publicada no DOE nº 7.795 de 22/11/2022, constantes nos Processo de Utilização SIGA nº 0002/FUNSEP/2023 (00059/PGE/2021) e PRODOC nº 0023.0279.1896.0005/2023

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a **Aquisição de Veículos Caracterizados**, visando atender as necessidades da **Polícia Científica do Estado do Amapá – PCA/AP**, como órgão vinculado ao **Fundo Estadual de Segurança Pública do Amapá – FUNSEP/AP**, nas especificações técnicas mínimas e quantidades constantes na tabela a seguir:

Item	Especificações	Marca/ Modelo	Unid.	Cadmat	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	VEÍCULO - Tipo: SUV, médio porte, para	RENAULT/ DUSTER	Ind - 1	00020083	03	172.584,75	517.754,25



policiamento ostensivo motorizado com transceptor móvel veicular; <i>*Demais especificações técnicas de acordo com o anexo I deste Contrato e Termo de Referência.</i>	INTENSE MT. 1.6.	Un.					
VALOR TOTAL (R\$)						517.754,25	

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Fazem parte integrante deste CONTRATO, independentemente de sua transcrição, os documentos constantes no Processo de Utilização SIGA nº 0002/FUNSEP/2023 (00059/PGE/2021) e PRODOC nº 0023.0279.1896.0005/2023, em especial, os abaixo relacionados:

- a) Termo de Referência e apêndices;
- b) Edital de Pregão Eletrônico nº 097/2022-CLC/PGE;
- c) Pareceres Jurídicos da fase interna e externa;
- d) Proposta da Contratada, adjudicada e homologada;
- e) Resultado da Licitação
- f) Ata de Registro de Preços nº 203/2022-CLC/PGE
- g) Ordem De Utilização nº 0002/2023 –CLC-PGE

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I. Unidade Gestora: UG 330303 (FUNSEP/AP)

II. Unidade Orçamentária: UO 33303 (FUNSEP)

III. Programa de Trabalho: 0037 – Gestão Integrada da Segurança

IV. Ação: 2051 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social - FISPDS;

V. Fonte: 0.713- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública- FSP;

VI. Natureza de Despesas: 449052- Equipamentos e Material Permanente;

VII. Nota de Empenho nº 2023NE0005, de 20/03/2023, no valor de **R\$ 517.754,25 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, para sua devida execução.

4.2. O preço do objeto deste Contrato foi estabelecido no valor total de **R\$ 517.754,25 (quinhentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)**, que será pago de acordo com a regular execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega e aceite definitivo do objeto, mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-AP);

5.2. A empresa contratada apresentará a(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) objeto(s) regularmente fornecido(s), acompanhada(s) dos documentos de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e Ministério do Trabalho (CNDT), junto à administração contratante, para sua devida certificação, conforme disposto no Artigo 29 da Lei 8.666/93 e no Art. 7º do Decreto Estadual nº 1.278, de 17 de fevereiro de 2011 e ainda os procedimentos administrativos definido pela contratante.

5.3. A cada pagamento ao fornecedor, a Administração Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a) Constatando-se situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- b) O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- c) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- d) Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos



Contratos em execução, nos autos dos Processos Administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa;

e) Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto a Contratante; e

f) Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular nos termos acima.

5.4. O pagamento será creditado em favor da empresa contratada, através de transferência bancária, no [REDACTED], conforme indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza quaisquer alterações;

5.5. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

5.8. Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que, não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 01 (um) a 03 (três) dias úteis para a contratada fazer a substituição;

5.9. Caberá à CONTRATADA informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

5.10. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto;

5.11. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

5.13. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX/100)/360

I = (6/100)/360 = 0,00016438

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%

5.14. Eventuais discussões sobre condições de pagamento devem seguir as regras estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1. Os objetos deste contrato deverão ser entregues em até 90 (noventa) dias consecutivos, contados do recebimento da Nota de Empenho, sob pena de aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, exceto para os veículos não caracterizados, para os quais o prazo em questão será de 60 (sessenta) dias consecutivos;

6.2. Os prazos de que trata o subitem anterior poderão ser prorrogados, mediante solicitação formal e justificada da contratada, cujo juízo de aceitação é de livre arbítrio da administração contratante, conforme critérios estabelecidos no art. 57 da Lei 8.666/93;

6.3. O objeto deverá ser entregue de acordo com os quantitativos previstos neste Instrumento Contratual;



- 6.4. Os veículos serão registrados/emplacados com os mesmos dados (CNPJ/Local) da Administração contratante;
- 6.5. A Empresa deverá fazer a entrega do objeto, em perfeitas condições de uso, nos locais constantes no Anexo IV do termo de referência, acompanhados das respectivas Notas Fiscais, em dias de expediente normal, de segunda a sexta-feira, no horário de 8h00 às 13h00, correndo por conta do fornecedor todas as despesas necessárias, tais como frete, seguros, etc;
- 6.6. O objeto será recebido de acordo com as características, especificações e condições estabelecidas neste Contrato e seus anexos;
- 6.7. O recebimento consistirá na comparação das características e especificações do objeto e de sua Nota Fiscal/Fatura com o constante neste Contrato e seus anexos;
- 6.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e seus anexos, devendo ser substituídos, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.9. Em conformidade com os Artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste Contrato será recebido, mediante recibo, da seguinte forma:
- a) **Provisoriamente:** para verificação da conformidade do objeto com suas especificações e quantidades;
- b) **Definitivamente:** por uma comissão de recebimento, nomeada pela Administração contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e conseqüente aceitação.
- 6.10. Considerar-se-á como data efetiva de entrega aquela aposta no atestado de conformidade emitido pela Comissão de Recebimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- 6.11. No caso de constatação de não conformidade, a data efetiva da entrega será a da regularização total da(s) pendência(s);
- 6.12. O Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil e nem ético-profissional da contratada pelos prejuízos resultantes da inobservância das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da contratada:

- 7.1.1. A contratada deverá entregar ao Órgão carro zero km, sob pena de substituição no caso de descumprimento desta cláusula.
- 7.1.2. Proceder a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, bem como com as normas técnicas vigentes;
- 7.1.3. Entregar os veículos, juntamente com as chaves e todas as suas documentações, inclusive os devidos Termos de Garantias; devidamente registrados e emplacados na UF de entrega, com a quitação dos tributos e encargos devidos, tais como taxa de licenciamento, seguro obrigatório – DPVAT e eventuais débitos de penalidades;
- 7.1.4. Responsabilizar-se pelo perfeito estado do objeto até a entrega definitiva;
- 7.1.5. Repor ou substituir, às suas expensas, o objeto com avarias ou defeitos, ou que não correspondam com o solicitado neste Termo de Referência, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- 7.1.6. Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a aquisição do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Administração;
- 7.1.7. Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais inclusive carga e descarga, até os locais indicados no Anexo IV do Termo de Referência;
- 7.1.8. Assegurar à Administração o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os objetos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no presente Termo, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades pactuadas;
- 7.1.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Administração contratante;
- 7.1.10. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do objeto fornecido;
- 7.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto quando devidamente autorizada pela Administração contratante;
- 7.1.12. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 7.1.13. Comunicar à Administração qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento



do objeto e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.1.14. Manter, durante todo o fornecimento, em compatibilidade com todas as obrigações assumidas, e as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

7.1.15. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos materiais ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da Administração contratante;

7.1.16. Assumir, também, todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.1.17. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório;

7.1.18. A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a Empresa renuncia a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

7.1.19. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

7.2. A Contratante fica obrigada a:

7.2.1. Proceder ao pagamento do objeto regularmente fornecido, no prazo e condições previstas neste contrato;

7.2.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações exigidas;

7.2.3. Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para a entrega do objeto a ser fornecido;

7.2.4. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa fornecer o objeto deste contrato dentro das normas estabelecidas;

7.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;

7.2.6. Designar servidor para recebimento e atesto do fornecimento;

7.2.7. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.2.8. Fiscalizar como lhe aprouver o fornecimento e a entrega dos materiais, através de comissão/servidor designado nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

7.2.9. Solicitar a substituição de qualquer empregado ou preposto do licitante vencedor, cujo comportamento ou qualificação técnica venha a ser julgado inconveniente ou insatisfatório para a execução da Ata de Registro de Preços;

7.2.10. Zelar para que, durante a vigência do Contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como preservadas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. A empresa deverá oferecer garantia para o objeto deste contrato de no mínimo 12 (doze) meses ou 60.000 (sessenta mil) Km rodados, o que ocorrer primeiro, devendo prevalecer a garantia ofertada pelo fabricante, quando esta for maior;

8.2. Entende-se como garantia toda cobertura contra defeitos de matéria prima e/ou fabricação, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para a contratante;

8.3. Para o Rádio Transceptor Móvel Veicular e para o Sistema de Sinalização Acústico-Visual, previstos para os Itens do Anexo II do Termo de Referência, que correspondem aos veículos caracterizados, modificados e adaptados para uso específico, a garantia ofertada também deverá ser no mínimo de 12 (doze) meses, contra defeitos de matéria prima e/ou fabricação;

8.4. Para os grafismos, a garantia deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses;

8.5. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante orientação e suporte técnico autorizado no local, na cidade de Macapá-AP, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o bem adquirido, a fim de se manter em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a contratante;

8.6. Serviços adicionais de garantia e/ou assistência técnica deverão ser estendidos à contratante, desde que quando ofertados conforme os padrões da contratada não acarretem ônus para a Administração;

8.7. A assistência técnica abrangerá eventuais defeitos apresentados no bem, durante o período de garantia, sendo que os atendimentos de assistência deverão ser, preferencialmente, realizados por meio de suporte



técnico local, prestados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do instante do registro da solicitação feita pela Administração à contratada;

8.8. Caso seja necessário enviar o bem para um centro de assistência técnica fora do Estado do Amapá, a Empresa contratada deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados para a sua devida manutenção;

8.9. Caso durante o prazo de garantia, o bem apresente problemas técnicos ou defeitos de qualquer natureza, que não seja decorrente do desgaste natural ou do mau uso, e que não seja resolvido pela assistência técnica, a empresa deverá providenciar a substituição por outro, de especificação equivalente ou superior ao adquirido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor representante designado pela contratante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.4. Durante o período de fornecimento do objeto, a Empresa poderá manter preposto, aceito pela Administração contratante, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA**, apurado e divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. O reajuste será realizado por Apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. O objeto contratado poderá sofrer **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES no limite percentual de 25%**, mediante celebração de Termo Aditivo, de acordo com o disposto no Art. 65, caput e § 1º, da Lei nº 8.666/1993, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e Art. 49 do Decreto Federal n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo demais cominações legais, a CONTRATADA que:

- a) Não mantiver a proposta;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;



- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal.

12.2. Para os fins da alínea “F”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Art. 178 da Lei n.º 14.133/2021.

12.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total das obrigações, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.
- c) Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão temporária de participar em licitação, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amapá com o consequente descredenciamento do Cadastro Central de Fornecedores do Estado do Amapá, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

12.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 12.3 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado do Amapá ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999.

12.8. A competência para processamento das penalidades, antes da homologação da Licitação, é da Central de Licitações e Contratos. Após, a responsabilidade será do respectivo órgão Contratante.

12.9. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

12.10. A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

12.11. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à



CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

12.12. Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observando o disposto nas condições deste Edital, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

12.13. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR

12.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente pública.

12.15. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/1993 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. De acordo com o Art. 77 da Lei nº 8.666/1993, o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE, sem ônus de qualquer espécie para esta e sem prejuízo do disposto nas Penalidades, o direito de dá-lo por rescindido;

13.2. A rescisão se efetuará mediante notificação através de ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo dos demais motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

13.3. A rescisão do contrato dar-se-á nas seguintes modalidades, consoante estabelece o Art. 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para este nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII, do Art. 78 da mesma Lei, e sem prejuízo do disposto na Cláusula “Das Penalidades”;

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração CONTRATANTE; e

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada, devidamente ratificada pelo Gestor da CONTRATANTE;

13.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, para que não haja a imediata interrupção dos serviços;

13.6. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002; na Lei nº 8.666/1993, subsidiariamente, ao contido na Lei nº 8.078/1990 (CDC); demais normais aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado do Amapá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura, conforme preceitua o art.61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

15.2. Em se tratando de verbas e recursos provenientes da União, advindos de transferências voluntárias, por intermédio dos instrumentos previstos em lei, aos demais entes federados, a publicação deste Contrato deverá ocorrer também no Diário Oficial da União.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

16.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de **21/03/2023** e encerramento em **21/03/2024**.

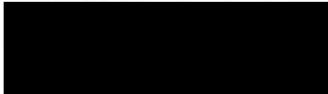
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. O Foro deste contrato é o da Comarca de Macapá-AP, com exclusão total de qualquer outro que seja invocável.

E por estarem assim, justos e contratados, o presente instrumento será lavrado em vias digitais de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes contraentes.

Macapá-AP, 21 de março de 2023.

(Assinado eletronicamente via SIGDocs)
**FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO AMAPÁ – FUNSEP
CONTRATANTE**


**GRAND CITE AUTOMOVEIS
LTDA
CONTRATADA**





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO I – DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

DESCRIÇÃO	REF	QTD
▪ VEÍCULO - Tipo: SUV, médio porte, para policiamento ostensivo motorizado com transceptor móvel veicular; Demais especificações: ▪ VEÍCULO TIPO SUV para policiamento ostensivo motorizado - Veículo de fabricação nacional, 0 (Zero) Km, ano/modelo correspondente à data de emissão da nota fiscal; Motorização mínima: 1.6, à gasolina ou gasolina/álcool (flex), potência mínima de 110 cv (cavalo-vapor); Altura mínima: de 1.600mm; Comprimento mínimo: de 4.000mm; Largura mínima: 1.600mm, distância mínima entre eixos: 2.400mm; Rodas/pneus: original do fabricante; Caixa de câmbio: manual ou automática; mínimo de 05 (cinco) portas: 04 (quatro) laterais e 01 (uma) traseira com abertura vertical; Capacidade para transporte de cinco (05) Pessoas; Porta-malas com capacidade mínima para 430 litros; Espelhos retrovisores externos direito e esquerdo; Tanque de combustível com capacidade mínima para 48 (quarenta e oito) litros; Freios ABS (função EBD); Airbag duplo (motorista/passageiro); Direção hidráulica ou eletro-assistida; Ar condicionado integrado (quente e frio) original de fábrica; Acionadores elétricos para os vidros dianteiros e as travas das portas; Alternador de 80 amperes; Bateria de 12 volts/60 amperes/hora; Acessórios: Bancos equipados com: cintos de segurança retráteis e regulagem de altura, conforme determinação do CONTRAN, encosto de cabeça, revestimento em material resistente, não absorvente, com reforço nas áreas de maior desgaste (abas laterais do encosto), cor: de acordo com o acabamento interno do veículo; Vidros laterais e traseiros com película de proteção solar e térmica, conforme limite máximo estabelecido pelo CTB; Piso revestido em material resistente, não absorvente e lavável, na cor preta com reforços antiderrapantes na região de apoio dos pés e equipado com jogo de tapetes de borracha, tipo bandeja; Grade protetora do motor/Carter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor; Suspensão reforçada para suportar a fadiga de excedente do total de passageiros; Puxadores de abertura interna das portas, maçanetas externas e manivelas dos elevadores dos vidros confeccionados em metal reforçado; Dispositivo interno para abertura da tampa do combustível; Desembaçador dos vidros; Conjunto de equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito: pneu estepe, macaco, chave de roda, triângulo de sinalização, e extintor de incêndio; Farol de busca com lâmpadas alógenas de 55 watts e cabo com plug para conexão no acendedor de cigarros, alimentação em 12 volts; Barra entre as colunas "B" com suporte para armas longas; Cor do veículo: sólida vermelho, prata, branco e/ou preto (padrão a definir com o órgão de destino). CELA ADAPTADA NO COMPARTIMENTO TRASEIRO DO PORTA-MALAS - Divisória: Construída em chapa de aço perfurada (para permitir a visualização do porta-malas), separando o porta-malas do compartimento traseiro de passageiros, com proteção do fecho da tampa traseira, de forma que permita a devida circulação do ar no ambiente do porta-malas sem comprometer a segurança no transporte de detidos; proteções em chapa de aço perfurado, em todos os vidros que revestir em o interior do porta-malas, sem comprometer a circulação interna de ar no ambiente; Vidros do porta-malas revestidos de película na cor preta que não permita a visualização de fora para dentro do veículo. Equipamentos como estepe, chave de roda, macaco, entre outros acessórios, alojados no porta-malas deverão ser reposicionadas no compartimento interior do veículo com acesso pelas portas laterais traseiras; Sistema de bloqueio para o trinco/fecho da porta traseira. Garantia e Assistência Técnica mínima de 12 (doze) meses. SINALIZADORES ACÚSTICO/VISUAL - Conjunto de sinalização acústico/visual composto por um único módulo de policarbonato translúcido de alta resistência mecânica, térmica e a raios ultravioletas, largura mínima: 250 mm, altura mínima do módulo de policarbonato: 80 mm, Altura mínima incluindo o perfil de alumínio e o módulo de policarbonato: 168 mm, admitindo-se uma variação de +- 5%, montado sobre uma base única	UND	03

JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO em 21/03/2023 13:40



em ABS reforçado com um perfil de alumínio estruturado com formato em arco ou similar (asa delta). As luzes deverão ser emitidas por leds de alto brilho, com potência não inferior a um watt cada led, montados em blocos ópticos de policarbonato, com led's dispostos linearmente na barra, em blocos compostos por 6 led's cada, distribuídos em fila dupla pelas faces laterais, frontal e traseira com visibilidade de 360°, gerando no mínimo cinco funções de efeitos luminosos, comandadas por controle remoto digital e através de circuitos eletrônicos de chips micro controladores com comunicação assíncrona de 4 MHz. Todo o conjunto montado sobre garras ajustáveis que permitam a fixação no teto do veículo, sendo sua cúpula incolor, com led's nas cores azul, branco e rubi, padrão da Policial, sirene eletrônica composta de amplificador digital para controle único de sirene e leds, com unidade sonofletora de 100watts de potência, mínimo de quatro tipos de sons diferenciados, sistema de megafone independente, entrada auxiliar de áudio para transceptores VHF/UHF. A unidade sonofletora de 100 watts deverá estar acoplada a uma corneta aerodinâmica, fixada sob a barra de luzes. Os drivers utilizados deverão ser específicos para uso em viaturas policiais, sendo vedada a utilização de drivers usados para aplicações musicais. Devera ainda possuir no seu próprio corpo pontos específicos na corneta, não se admitindo a utilização de rosca principal da saída do áudio para tal fim (medidas variáveis em função da marca e modelo dos equipamentos da empresa adaptadora). Todo conjunto deverá ser apresentado, quando da entrega dos veículos, com laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador acústico/visual a ser fornecido atende as normas técnicas em vigor, no que se refere a ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e fotometria classe 1 nos módulos centrais frontais. Conjuntos sinalizador acústico visual e rádio transceptor – Garantia e Assistência Técnica mínima de 12 (doze) meses.

TRANSECTOR MÓVEL VEICULAR – RÁDIODIGITAL – Rádio transceptor móvel, compatível com o sistema de comunicação existente e/ou a ser usado pela PCAP, com receptor de GPS interno, padrão Terrestrial Trunked Rádio – TETRA, na faixa de 380 a 400 MHZ, com as seguintes especificações mínimas:

1. Permitir “chamada de emergência”, garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados; Responder a “chamada geral” (multi grupo);
2. Decodificar “chamadas de alerta” indicando no visor a identificação da unidade que originou a chamada; Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, monitorar o canal de controle do sistema que a oriente quanto ao “status” do sistema (conceito de sinalização por canal de controle dedicado);
3. Iniciar uma chamada pelo modo “aperte para falar” (PTT), por meio da solicitação de um canal de conversação (voz), via canal de controle;
4. No caso de sistema ocupado, tentar o recesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente;
5. Recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”;
6. Utilizar o canal de comunicação a ser designado pelo sistema durante a conversação;
7. Decodificar as instruções transmitidas pelo canal de controle ao endereço de grupo de conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao canal de comunicação designado pela sinalização do sistema;
8. Permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, através de comando (remoto) enviado pelo controlador central (no modo troncalizado ou a tecnologia adotada), pela repetidora e por terminal (no modo convencional) cada transceptor já deverá vir com licença de uso habilitada para o seu pleno funcionamento;
9. Permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pela central de controle eletrônico do sistema troncalizado, pela repetidora e por terminal transceptor (no modo convencional) cada transceptor já deverá vir com a licença de uso habilitada para o seu pleno funcionamento via radiofrequência;
10. O transceptor deverá ter a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto) sem a utilização de infraestrutura nos modos digital em VHF/UHF e analógico em VHF;
11. O transceptor deverá permitir a criação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, grupos troncalizados em uma mesma pasta, onde estas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display;
12. Deverá aceitar a programação de canais e grupos dos seguintes tipos; canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF/UHF, grupo de conversação (troncalizado VHF/UHF grupos de conversação (modo de controle inteligente) e canais de RF (modo convencional) ou o adotado, o qual deve ser especificado;
13. Estabelecer comunicação convencional, ponto-a-ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital;
14. Permitir a programação de quantos grupos de conversação (modo troncalizado ou o adotado) e/ou canais de RF (modo convencional), indicados por



mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel; 15. Os grupos e canais programados poderão ser quaisquer dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, canal convencional digital da frequência adotada; 16. Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor; 17. Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles; 18. Deve ser possível a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio transceptor; 19. Possuir receptor de GPS integrado ao transceptor (montado em gabinete único) com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação; 20. Permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto; 21. Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio do display; 22. Possuir no mínimo os seguintes controles: 22.1. chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação; 22. 2. botão ou tecla de controle de volume; 22. 3. (um) botão de emergência; 22.4. botão de ligar e desligar o transceptor; 22.5. Leds ou indicadores visuais no display de transmissão e recepção do transceptor; 23. Possuir visor de LCD com no mínimo 3 linhas, sendo composto minimamente por: 23.1. (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio; 23. 2. (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanuméricos; 24. Além dos recursos previstos, o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo sigiloso, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica; 25. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia, devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação; 26. Possibilidade de conexão a um dispositivo encriptador, com a finalidade de alterar as chaves de criptofonia; 27. Possuir modulação C4FM, CQPSK e H-CPM; 31. Possuir codificador de voz digital ambe+2; 28. Abertura do silenciamento do receptor controlada por portadora, subtomanalógico e subtomdigital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC e silenciamento programável por portadora subtom ctcss (pl) e dcs (dpl) por canal; 29. Suportar sinalização analógica mdc-1200; 30. Identificação da unidade chamadora (id); 31. Modulação em FM; 32. O fornecedor deverá transferir a contratante a metodologia de programação, reprogramação, encriptação e operação dos equipamentos, fornecendo o software e interfaces, bem como as licenças, necessárias a essas atividades; 33. Caso haja necessidade de alguma licença adicional para o uso da criptografia AES deverá ser fornecida com o equipamento; 34. Citar faixas de frequência, largura do canal com programação dentro das faixas de operação; 35. Espaçamento entre canais (TX e RX), de acordo com a norma em vigor; 36. alimentação em VC e com polaridade negativa no chassi, suportando variação elétrica de $\pm 20\%$; 41. Saída para alto falante externo; 37. Tecnologia baseada em microprocessador; 38. Geração e controle de frequência por meio de sintetizador; 39. Abertura do silenciamento para cada canal do receptor através de portadora e subtomdigital, devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC; 40. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementa PCs ao equipamento; 41. Proteção contra água e poeira de acordo com padrão IP 56; 42. Sobreensão de alimentação acima da variação permitida; 48. Inversão de polaridade; 43. Variação de impedância de RF por descasamento de antena; 44. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo; 45. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro de "tempo esgotado"; 46. Permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais, por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador do tipo PC ou notebook; 47. Temperatura de operação: equipamento deverá suportar operação em temperatura ambiente considerando a variação climática brasileira, em específico no estado de Amapá, cujas temperaturas médias podem variar de 20° Celsius à 45° Celsius, contemplando ainda 10% de margem de segurança para a temperatura mínima e máxima; 48. Estabilidade de frequência $\pm 1,5\text{ppm}$, ou melhor; 49. Desvio de modulação $\pm 5\text{ KHz}$; 57. Potência de saída programável até 35watts, ou mais; 50. Interferência e ruído em FM (12,5 khz): - 41db ou melhor; 51. Atenuação para emissão de harmônicos e espúrios em relação à portadora: - 70 dbc ou melhor; 52. Resposta de áudio: +1db a -3 db; 53. Distorção de áudio igual ou menor que 2%; 54. Impedância de saída: 50; 55. Separação máxima de frequências: toda a banda de recepção, de acordo com as normas em vigor; 56. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro



berde5%)=0,3 microvou melhor, para ambas as faixas; 57. Sensibilidade em modo analógico (12 db sinad) VHF; 0,30 microv ou melhor - sinal to noise and distortion – relação sinal ruído e distorção: = 0,25 v ou melhor, para ambas as faixas; seletividade: 70db ou melhor, para ambas as faixas; 58. Rejeição a espúrios: 80 db ou melhor; 68.Rejeição a intermodulação: melhor que 75 db; 59. Potência de saída de áudio, mínima de 5 Watts (mínimo), com até 3% de distorção; distorção de áudio: < 3%, ou melhor; potência de saída de áudio: mínima de 5 watts; 60.impedância de entrada: 50Ohms; 61. Sintetizador: oscilador controlado por tensão operando em VHF na frequência adotada Hz, ou por processo superior; rigidez mecânica suficiente para não captação de vibrações; Controle de frequência por memória programável e reprogramável eletricamente mediante programação por meio de computador; 62. Gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as normas militares mil-std-810c, d, e, f e g; 63. Estrutura sem cantos vivos ou chapa com bordas cortantes; 64. Facilidade de visualização e acesso aos controles do painel; 65. Boa resposta de áudio do altofalante; 66. Número de série do transceptor móvel gravado em seu chassi ou em etiqueta afixada externamente e em meio eletrônico interno; 67.Dissipação térmica - compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e80% RX; 78. Cabeamento e acessórios em tamanho e quantidade compatíveis para a instalação nos veículos; 68.Composição do conjunto transceptor móvel digital; 69.01(um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), com teclado alfanumérico, cordão espiralado e suporte de fixação;70. 01 (uma) antena multibanda (VHF na frequência adotada MHz) original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopólio vertical, de ¼ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário, com base fixável ao teto do veículo mediante furação, ou conjunto de antenas, uma para cada faixa, de modo que não seja necessário qualquer ajuste ou conexão por parte do operador junto as antenas, apenas no painel do transceptor, acompanhada dos conectores e do respectivo cabo coaxial; 71. 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor; 72. 01 (um) cabo de alimentação CC (corrente contínua) completo (com terminais, porta fusível e fusível; 73. Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação; 74. 01 (um) manual de operação impresso em português ou em CD-ROM, ou DVD-ROM, para cada transceptor; 75. Rádios transceptores homologados pela ANATEL, a fim de que os mesmos possam entrar em operação; 86. Cópia autenticada do “certificado de homologação ou de registro” que autoriza a operação do equipamento, expedido pela ANATEL, ou caso o equipamento ofertado pela empresa licitante não possua o certificado de homologação ou de registro expedido pela ANATEL, essa deverá apresentar declaração que entregará cópia autenticada do certificado de homologação ou de registro, de acordo com o exigido pela ANATEL, quando da entrega dos equipamentos; 76. O selo ANATEL deverá estar afixado no produto em parte não removível, ser confeccionado com materiais compatíveis e duráveis, assim como apresentar, de forma legível e indelével, as informações relativas à homologação e à identificação do produto; o rádiotransceptor, bem como os acessórios e demais equipamentos necessários para o seu perfeito funcionamento, deverão ser entregues instalados; Manual de usuário em português. Garantia e Assistência Técnica mínima de 12 (doze) meses. GRAFISMO/LOGOTIPO: padrão a definir com órgão fim (layout a ser fornecido). Todos os veículos deverão apresentar-se em perfeitas condições de uso, com todos os equipamentos de conforto e segurança determinados por lei, com toda documentação atualizada (DPVAT pago), registrados/ licenciados e emplacados no Estado Amapá, perante os órgãos competentes. Grafismos – Garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – Veículo –Garantia mínima de 12 (doze) meses ou 60.000Km (sessenta mil quilômetros). Assistência Técnica: Autorizada no Estado do Amapá.

Macapá-AP, 21 de março de 2023.

(Assinado eletronicamente via SIGDocs)
**FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA
 PÚBLICA DO AMAPÁ – FUNSEP
 CONTRATANTE**

**GRAND CITE AUTOMÓVEIS
 LTDA
 CONTRATADA**



CONTRATO FUNSEP - GRAND CITE AUTOMÓVEIS

Segue contrato e empenho para assinatura de 3 DUSTERS INTENSE ADAPTADAS na cor (A DEFINIR) adquiridas pela FUNSEP para utilização da POLICIA CIENTIFICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Prazo para entrega 90 dias.

Recebimento 30 dias após a entrega.

Valor do empenho R\$ 517.754,25

Está tudo certo com o contrato, falta apenas a assinatura.

Att...



ADLEY RODRIGO MARTINS DA SILVA

OAB/AP 2539

DEPARTAMENTO JURIDICO E LICITAÇÃO GRUPO AMAUTO

por meio da INTERNET, através do sítio www.licitacoes-e-com.br, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação. - Em todas as suas fases, que será regida pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Licitação nº 993147

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/03/2023, às 08h00min (horário de Brasília).

TÉRMINO DO PRAZO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 28/03/2023, às 08h00min (horário de Brasília).

DISPUTA DOS ITENS: 28/03/2023, às 10h00min (horário de Brasília).

DO OBJETO: Contratação emergencial de empresa especializada em SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE, PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES, MATERIAIS E PACIENTES EM TRATAMENTO ININTERRUPTO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS COM COMBUSTÍVEL E CESSÃO DE MOTORISTAS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender às necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO AMAPÁ.

Atenciosamente,

Marcelo Vilhena de Melo

Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL

Protocolo 9438

Secretaria de Justiça e Segurança Pública

PORTARIA INTERINSTITUCIONAL Nº 008/2023-UCC/FUNSEP

O PRESIDENTE DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA-FUNSEP/AP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 123 da Constituição do Estado do Amapá, c/c a Lei nº 1.335, de 18/05/2009 e o Decreto Estadual nº 1351 de 17 de fevereiro de 2023 (DOE AP Nº 7.860, 17/02/2023),

RESOLVE:

1. Designar a Comissão de recebimento, fiscalização e acompanhamento do **CONTRATO Nº 02/2023-FUNSEP**, referente a **Aquisição de Microscópio Binocular Comparador Balístico, para ser usado no Combate e Enfrentamento à Criminalidade Violenta, através dos Serviços Operacionais dos Exames de Confrontos de Projeteis e Estojes de Armas de Fogo**, constantes nos Processo de Utilização SIGA nº 00048/FUNSEP/2022 e PRODOC nº 0023.0279.1896.0004/2023, os servidores a seguir discriminados:

PCA/AP:

- **NEIVA MARISA VALE DOS SANTOS - PRESIDENTE**
- Matrícula nº 0091092-9-01;
- **JANAINA DE ALMEIDA PEREIRA - MEMBRO** -
Matrícula nº 869120;

- **JOVANI DOS SANTOS - MEMBRO** - Matrícula nº 869074;

2. A presente designação tem por fundamento os termos do art. 15, §8º e art. 67, §1º e §2º, bem como o art.73, I e alíneas "a" e "b", do inciso II, § 1º a 4º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c o Art. 17, §1º, do Decreto Estadual nº 4026, de 06 de Novembro de 2009.

3. A comissão será assessorada pelo servidor do Setor de Patrimônio do FUNSEP/SEJUSP: - **RODRIGO JORGE JUCÁ DE ARAÚJO - ASSESSOR** - Matrícula nº 0099116-3-04;

4. Competirá a Comissão designada a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), após a efetiva entrega do objeto contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis; anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao objeto.

5. As decisões e as providências que ultrapassarem as competências da comissão deverão ser informadas a UCC/SEJUSP, em tempo hábil, para a adoção das medidas pertinentes.

6. Os integrantes da comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, a pedido, *ex-officio* ou por necessidade de serviço, desde que devidamente justificado o motivo.

7. A Fiscalização de que trata esta Portaria será realizada a contar da data de assinatura do Contrato, permanecendo até o cumprimento total da obrigação.

8. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

9. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Macapá-AP, 22 de março de 2023.

JOSÉ RODRIGUES DE LIMA NETO- DEL PC/AP

Presidente do FUNSEP/AP

Protocolo 9369

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2023-FUNSEP

Processo de Utilização SIGA nº 0002/FUNSEP/2023(00059/PGE/2021) e PRODOC nº 0023.0279.1896.0005/2023. Objeto: Aquisição de Veículos Caracterizados, visando atender as necessidades da Polícia Científica do Estado do Amapá - PCA/AP, como órgão vinculado ao Fundo Estadual de Segurança Pública do Amapá-FUNSEP/AP. Classificação Orçamentária-Financeira: UG 330303, Fonte-0.713; PT-0037; ND 44.90.52, Ação: 2051, Nota de Empenho nº 2023NE0005, de 20/03/2023, no valor de R\$ 517.754,25. Vigência: 12 (doze) meses, com início na data de 21/03/2023 e encerramento em 21/03/2024. Contratada: **GRAND CITE AUTOMOVEIS LTDA**, CNPJ sob nº 23.821.809/0001-80. Contratante: FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAPÁ - FUNSEP, CNPJ nº 31.443.333/0001-19.

Macapá-AP, 22 de março de 2023.